

DA PERIFERIA AO CENTRO: OBSTÁCULOS E PERSPECTIVAS DOS ARQUIVOS MUNICIPAIS

Claudio Dutra Crespo*
Maria da Conceição Carnevale*

Introdução

A opção pela temática da organização dos arquivos municipais decorre, basicamente, de três fatores. O primeiro se refere à importância que os municípios adquiriram a partir do processo de redemocratização consolidado na Constituição Federal de 1988. O segundo resulta dos desafios encontrados para se estabelecer uma política de arquivos no município de Jacareí. O último se refere à oportunidade de explicitar uma reflexão, a partir do recorte da arquivística integrada, sobre os problemas e perspectivas do tratamento dos arquivos municipais dentro desse campo do conhecimento no país.

Os arquivos municipais são, aqui, entendidos como um conjunto de informações registradas orgânicas, produzidas ou recebidas no decurso das atividades dos diversos setores da Prefeitura, dos órgãos da administração indireta e da Câmara do município. Elas podem estar registradas em diversos suportes, mensuráveis por metros lineares, unidades ou *bits*.

No livro *A Imagem e a Sombra da Arquivística*, Luís Carlos Lopes²² relacionou as principais obras do pensamento arquivístico elaboradas nos últimos cem anos. Segundo o autor, as mais representativas na área. A partir da seleção realizada, compreende-se que há três grandes correntes no campo da arquivística contemporânea. Elas são delimitadas pela criação e redefinição dos conceitos básicos da disciplina e pelas práticas de tratamento dos documentos de arquivos.

A arquivística tradicional, fundada no contexto de criação do Manual dos arquivistas holandeses (1898), voltou-se para os documentos em suporte papel e privilegiou a ordenação original na organização dos documentos. Os arquivos de custódia definitiva foram, então, tomados como objeto de estudo sistemático, inserindo a arquivística como disciplina auxiliar da história. As obras da arquivística tradicional se referem à organização de arquivos públicos. São construções que abordam, em geral, o arranjo, a conservação e a descrição dos documentos de arquivos. A intervenção direta na produção documental, na utilização administrativa dos arquivos e na avaliação não se constituem como seus objetos de estudos.

A obra *Arquivos modernos: princípios e técnicas* de Theodore Schellenberg (1956, 1973, 2002), trouxe à baila a importância dos arquivos para a administração. O caráter histórico da disciplina vigente à época foi relativizado e se compreendeu o tratamento dos arquivos

*Mestres em Comunicação, Imagem e Informação, Especialistas em Organização, Planejamento e Direção de Arquivos /UFF.

claudio_crespo@uol.com.br

mariaac.c@terra.com.br

²² LOPES, Luis Carlos. *A Imagem e a Sombra da Arquivística*. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Rio de Janeiro, 1998. P.64-8.

permanentes como resultado das práticas que deveriam ser realizadas desde a criação dos documentos.

O *record management*, outra corrente da arquivística, foi forjada em um ambiente social que evidenciava a necessidade de inserção dos arquivistas na administração dos arquivos, em sua fases corrente e intermediária. Originou-se da impossibilidade de se lidar, nos moldes tradicionais, com as massas documentais cada vez maiores, especialmente nas administrações dos EUA e do Canadá, principalmente a partir da segunda metade do século XX. O *record management* se constituiu em um conjunto de regras que visavam a gestão dos documentos (criação, tramitação, uso e descarte) e baseou suas práticas nos manuais de organização de documentos de interesse para as administrações.

Entende-se que a arquivística integrada é a corrente do pensamento arquivístico internacional mais desenvolvida do ponto de vista científico, apesar de sua influência ainda pontual. Os avanços nos seus pressupostos, do ponto de vista da constituição de uma disciplina científica, aberta a outros domínios do saber, dentro de uma concepção multidisciplinar, requerem maior expansão em termos de aplicabilidade. Porém, nos aspectos teóricos, se concorda com o seu avanço na análise do objeto, das funções e da metodologia.

As características dessa corrente se referem à organização da informação orgânica registrada em todas as suas fases, sem fragmentações; à intervinculação das funções da arquivística, especialmente, no que se refere aos procedimentos de classificação, avaliação e descrição; à redefinição do papel da arquivística, compreendendo os problemas informacionais em conjunto com outras disciplinas que têm a informação como objeto. Faz-se isto a partir de práticas técnico-científicas, utilizando-se a pesquisa e visualizando as ações de gerenciamento das informações nos arquivos correntes, intermediários e permanentes, reconhecendo-se as peculiaridades de cada fase. Desde 1982, com a obra *Les archives au XX siècle* e vários artigos sobre a arquivística e, principalmente, em 1998, com o livro, *Os fundamentos da disciplina arquivística* e, em 1999, com *Les fonctions de l'archivistique contemporaine*, os canadenses Carol Couture e Jean-Yves Rousseau deram essa nova perspectiva à disciplina, tratando-a no seio da realidade quebequense, de onde surgiram sinais de contestação dos critérios que geraram a dicotomia entre *records e archives*. No Brasil, essa concepção da disciplina tem sua análise e difusão através das obras *A informação e os arquivos: teorias e práticas* (1996), *A gestão da informação: as organizações, os arquivos e a informática aplicada* (1997), *A Imagem e a Sombra da Arquivística* (1998), *A Nova Arquivística na Modernização Administrativa: papéis e sistemas de assessoria* (2000), todos de autoria de Luís Carlos Lopes. Há, ainda, o livro *A Formação e a Pesquisa em Arquivística no Mundo Contemporâneo* (1999), escrito por Carol Couture, Jocelyne Martineau e Daniel Ducharme e traduzido por Luís Carlos Lopes.

A noção de campo, arrolada nesse estudo, informa sobre o espaço de relações objetivas e de produções simbólicas dos agentes especializados dentro de uma coletividade (grupos sociais). Constitui-se em universos relativamente autônomos, caracterizados pelo *habitus* de seus agentes, nos espaços sociais em que estão inseridos. De acordo com Pierre Bourdieu (1998), o princípio unificador e gerador de todas as práticas, na maioria das vezes descritas como escolhas ou até mesmo vocações, não é outra coisa senão o *habitus*. Um sistema de disposições inconscientes que constitui o produto da interiorização das

estruturas objetivas, onde tende-se a produzir práticas e, por esta via, carreiras ajustadas às estruturas objetivas.

O *habitus* é, portanto, um conhecimento adquirido. Na realidade, ele indica uma disposição incorporada, a postura assumida por um agente ou ator dentro de um determinado contexto social. Há por trás desse conceito um conjunto comportamental por ele definido, construído com bens simbólicos ao longo da história. Estes são formados por elementos culturais, como as tradições, os costumes, a linguagem *etc.* São constituídos de acordo com as classes sociais existentes em sociedades historicamente determinadas.

Os indivíduos, dentro das diferentes esferas ou camadas sociais, vão identificando-se com aqueles que lhes são próximos, apropriando-se do *habitus*. Tal comportamento é o resultado não de uma inspiração em um modelo mas no desejo inconsciente que predispõe os indivíduos a adquirirem certas atitudes. Há, portanto, uma identificação, o estabelecimento de uma identidade proveniente das relações mantidas entre os indivíduos de diferentes posições sociais. A partir das análises de Bourdieu podemos compreender algumas permanências no campo da arquivística no país, cujos reflexos incidem sobre a organização dos arquivos municipais.

A investigação partiu do exame crítico de trabalhos que versam sobre a organização de arquivos municipais e de textos básicos que tratam de aspectos teóricos e metodológicos do fazer arquivístico. A partir desse patamar se procurou compreender os efeitos teóricos, dos administrativos e políticos, resultantes da gestão arquivística, mais especificamente no que concerne aos arquivos do município de Jacareí. De modo geral, o trabalho está dividido em dois eixos bastante nítidos. O primeiro, enfocou os traços fundamentais e as permanências que identificam e delimitam a área desse conhecimento no país, a partir de dados e da reflexão sobre os arquivos municipais. O segundo, tendo como ponto de partida os pressupostos teórico-metodológicos adotados pelos arquivistas, analisou os aspectos mais específicos da gestão dos arquivos municipais.

Os arquivos municipais e seus problemas

As transformações sociais e tecnológicas ocorridas no ocidente, a partir da segunda metade do século XX, ilustrada pelo domínio do audiovisual e da informática, criaram uma situação precursora de novos rumos para a arquivística. A gestão da informação se tornou, em tese, um novo problema para essa disciplina, tanto do ponto de vista cognitivo quanto do prático. No seio dessas mudanças passou-se a discutir os conceitos fundamentais e as metodologias empregadas na organização dos arquivos. O objetivo desse empreendimento era a construção de uma área técnica-científica que atenda aos desafios de uma gestão moderna e eficiente das informações registradas de natureza arquivística.

No cenário brasileiro, essas questões aparecem ainda de forma bastante incipiente, comparando-se com o nível de discussões já realizados, sobretudo, entre europeus e norte-americanos. Verifica-se, assim, que no Brasil há o predomínio do empirismo e de soluções baseadas no senso comum para o tratamento das informações contidas nos arquivos. No caso dos arquivos municipais, a situação se agrava com a ausência da efetivação de políticas públicas voltadas para o tratamento desses conjuntos documentais.

A desorganização no tratamento das informações arquivísticas, realidade da maioria dos arquivos públicos municipais, é ainda mais evidente à medida que se contradiz com a importância adquirida pelos municípios a partir do processo de redemocratização e do pacto federativo consolidado pela Constituição Federal de 1988. Após a promulgação da Carta Magna, os municípios brasileiros assumiram um papel de grande importância nas relações entre o Estado e a sociedade.

Maria Odila Kahl Fonseca (1996), ao analisar a questão do acesso às informações e aos documentos produzidos e a transparência das administrações municipais, revela o descaso das prefeituras com os seus arquivos. Seu questionamento refere-se ao baixo grau de institucionalização dos arquivos públicos municipais, a ausência de uma visão dos arquivos existentes como órgão de administração e como instrumentos do processo decisório e a dispersão dos fundos de arquivos recolhidos. Considerando-se que as funções mais tradicionais dos arquivos têm sido o recolhimento, a preservação e o acesso aos documentos de valor permanente, nota-se que, ainda assim, esses órgãos não estão conseguindo desempenhar o seu papel.

A ineficiência no uso dos documentos de arquivo para as atividades administrativas do dia-a-dia, o acúmulo de massas documentais e, conseqüentemente, a diminuição dos espaços físicos nos setores, a morosidade em acessar e fazer tramitar os processos e a perda de acervo por eliminação indiscriminada são problemas comuns existentes nos municípios, apesar disso não significar, na maioria dos casos para as suas administrações, um problema cognitivo e técnico-científico. Em Jacareí, as pesquisas para decisões administrativas e históricas enfrentam o obstáculo da ausência de fontes ou de sua desorganização e acúmulo. Essa situação é decorrente de vários anos de não tratamento das massas documentais provenientes das diversas administrações pelas quais a cidade atravessou.

O relato puro e simples dos problemas da não-gestão dos arquivos já se tornou lugar comum dentro da disciplina. A questão que se coloca é então o de interpretá-los visando a construção de soluções baseadas em pressupostos teóricos da disciplina e que estejam abertas às propostas interdisciplinares que contribuam com técnicas adequadas as soluções dos problemas informacionais e comunicacionais enfrentados pela disciplina, construindo, assim, novos caminhos. Cabem aos profissionais da área a tarefa de conferir racionalidade as suas práticas, através da elaboração de trabalhos técnico-científicos e da aplicação de metodologias fundamentadas que dêem conta da complexidade do trabalho.

As indagações sobre as razões desse conjunto de problemas são muitas e, para entendê-las, uma série de fatores devem ser considerados. Inicialmente, entende-se que há pouca difusão do conhecimento existente sobre a disciplina arquivística entre a grande maioria de profissionais que trabalham em atividades que lidam cotidianamente com a informação orgânica. Os conceitos e práticas arquivísticas não estão, na maioria dos casos, no rol dos conhecimentos e das técnicas utilizáveis para solucionar os problemas de gestão ou modernização das administrações. Habitualmente, os arquivos têm ocupado um lugar periférico nos projetos de modernização e de reformas existentes nas várias esferas administrativas, especialmente as municipais. A arquivística, nesse sentido, é um conhecimento isolado e os arquivos não representam um problema, no sentido filosófico, nem uma questão estratégica. Prova disso é a raridade de programas voltados para a gestão da informação arquivística, a não ser por sua faceta tecnológica.

A crença na solução de todos os problemas informacionais e comunicacionais através dos recursos da informática é uma questão que se coloca para arquivística. Os administradores, analistas de sistemas, programadores, políticos e seus *staffs*, imbuídos da voracidade de modernização, na maioria das vezes, abordam os problemas de gestão da informação somente a partir da informatização, da redução de espaços, da manipulação tecnológica das informações. Em geral, ocupa-se dos processos de informatização dos trâmites, da digitalização ou da microfilmagem de documentos - essa última mais raramente. Os computadores, as redes e as demais ferramentas da informática, ícones da modernidade e instrumentos do trabalho arquivístico, aparecem com muito mais clareza dentro do processo.

Os arquivos são lembrados em último caso e, geralmente, como depósitos de documentos inativos - os chamados “arquivos mortos”. Paradoxalmente, quando se tem em vista tratar a modernização administrativa pelos seus problemas mais significativos, surgem questões que esbarram na eficiência, no acesso e controle das informações e no exercício da cidadania. Tais questões não têm respostas sem que haja a implantação de um programa de gestão arquivística. Isso por se referirem mais especificamente aos conteúdos informacionais do que aos meios tecnológicos de transmissão, ainda que os suportes onde estão os registros sejam importantes no trabalho arquivístico.

Questões como o plano de classificação dos documentos e informações, os valores, a prescrição, os prazos de guarda e a eliminação dos documentos não são respondidos pelo aparato tecnológico. Há a necessidade de um trabalho técnico-científico baseado no estudo das atividades, das funções e da estrutura pública, da história, da legislação arquivística e das demais que regem as matérias, as quais a municipalidade está envolvida. O reduzido número de trabalhos de gestão de arquivos municipais e as deficiências quanto à implantação de propostas de classificação, de avaliação e soluções de aplicabilidade das tecnologias da informação são importantes entraves e desafios encontrados no processo de organização dos conjuntos documentais municipais.

Outro fator relevante sobre as origens dos problemas arquivísticos é a hegemonia da concepção tradicional dos arquivos e da arquivística presente no Brasil. A força do senso comum e as práticas que o reforçam dentro do campo da arquivística corrobora a idéia de disciplina auxiliar da história. A concepção da instituição arquivística está limitada ao recolhimento e custódia, à organização e preservação e à difusão das informações contidas no patrimônio arquivístico municipal e nas coleções de valores históricos que compõem o acervo. O modelo tradicional ainda é marcante nos vários órgãos que têm sob sua responsabilidade a custódia do patrimônio material, ou seja, dos documentos produzidos pela administração pública municipal.

A análise dos dados da página do Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ) e do *website* Arquivos e Municípios, além de mostrarem números bastante incipientes em termos de institucionalização de arquivos públicos e de implantação de sistemas ou redes de arquivos municipais, revelam também que a maior parte das instituições arquivísticas foram criadas e são mantidas como órgãos da cultura e depositárias da história municipal. São raros os arquivos concebidos como órgão de gestão estratégica das administrações municipais. O que se percebe é a designação do arquivo como lugar de memória, tal como relata Pierre Nora (1984). Lugares esses que presentificam o passado e servem como referência na busca da sua recuperação. Eles permitem transformar o invisível em visível e são capazes

de materializar o passado, torná-lo palpável e próximo de nosso mundo, de nossa realidade. Segundo o autor, quanto menos a memória é vivida mais ela necessita de suportes exteriores. “Daí a obsessão pelo arquivo que marca o contemporâneo e que afeta simultaneamente a conservação de todo o presente e a preservação integral de todo o passado.”²³

O senso comum das atividades dos corpos burocráticos municipais brasileiros e a cultura administrativa pouco pragmática encontradas, em especial, nas administrações públicas têm sido um outro obstáculo à gestão dos arquivos. Associa-se a esses a falta de percepção da informação arquivística como recurso estratégico e o formalismo das práticas arquivísticas.

Habermas (1984) rompeu com o formalismo ao apontar a possibilidade de interação entre o agir estratégico e o agir comunicativo, entre a perspectiva prática e a teórica, simbólica. O autor reconheceu os limites do formalismo para a compreensão da sociedade contemporânea; a inoperância desse tipo de ação frente à dinâmica social. O mesmo autor (1989), em seu livro *Consciência moral e agir comunicativo*, nos trouxe a compreensão da historicidade das noções de moral e da implicação entre o conhecimento disponível em uma sociedade, a visão global do mundo e o comportamento das pessoas. Ele descreveu o agir estratégico e o agir comunicativo como posturas a serem adotadas diante dos problemas.

A partir da reflexão de Habermas, o formalismo e as práticas espontaneístas presentes na cultura administrativa brasileira e nos atores sociais ligados ao campo arquivístico podem ser compreendidos como um agir burocrático. Esse decorre, no nosso caso, do comportamento pouco reflexivo diante dos desafios colocados pelos fenômenos informacionais contemporâneos. A execução das práticas arquivísticas segue a lógica formal, onde os significados são desconsiderados. A postura dos profissionais da informação frente aos problemas arquivísticos tem sido, em sua maioria, de reprodução dos tradicionais conceitos e procedimentos técnicos. São posturas hegemônicas, possíveis dentro do contexto científico e sócio-político da arquivística brasileira. O lugar secundário dessa disciplina, o *habitus* vigente no campo, a subordinação à esfera pública burocrática e a tradição administrativa patrimonialista compõem esse cenário.

Nesse contexto estão, também, os dispositivos legais referentes aos arquivos. Apesar de sua importância, eles mostram-se insuficientes para a implementação de uma política arquivística nas instituições por estarem afastados do conhecimento da área, das soluções técnicas fundamentadas na teoria e da aplicação dos avanços tecnológicos nas atividades como resposta aos desafios contemporâneos da gestão da informação. Assim, a constituição de uma prática validada por uma teoria é a pedra fundamental para não permanecer apenas no legalismo.

A última questão a ser destacada, e é a origem dos principais problemas da área, refere-se a formação e a qualificação dos profissionais que lidam, direta ou indiretamente, com a informação arquivística. Muitas são as teorias que procuram explicar as razões para esse problema. Na maioria dos casos, as respostas são formalistas e acabam por limitar-se ao

²³ NORA, Pierre Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Revista do Programa de Estudos Pós-graduados em História e do Departamento de História**. São Paulo, n.10, dez.1993.

aspecto da literatura traduzida no Brasil e o descompasso entre o que está sendo produzido e a difusão dos trabalhos.

O problema maior é que a literatura que nos é oferecida não é alvo de discussões e debates, tanto nas universidades quanto nas instituições e associações de arquivistas. Independentemente do número de trabalhos publicados é primordial que haja uma discussão dos temas abordados.

A ausência de debates de idéias contribui para a inércia da área no Brasil. Isso ocorre, ainda, porque a arquivística é considerada mais como uma área do fazer do que do saber. A separação entre teoria e prática contribui para o atraso da área. Nesse sentido, pode-se afirmar que não existe, no país, uma comunidade arquivística. Poucas pesquisas são realizadas e os currículos dos cursos universitários não atendem as novas demandas.

Apesar de ser uma área com fins técnicos, isso não significa abandonar uma permanente reflexão sobre a aplicabilidade do trabalho, através de pesquisas. Para se dominar um conhecimento científico ou técnico é preciso que ensino e pesquisa se desenvolvam lado a lado, pois um não se realiza sem o outro. Para se “transmitir” conhecimento é preciso que se domine o “fazer” conhecimento.

Quando uma teoria é ensinada, não se estabelece uma relação com a prática do trabalho em arquivos. Não basta conhecer a teoria das três idades, mas compreender o que isso significa, em termos reais, quando nos deparamos com uma dada massa documental. Como aplicar a teoria, estabelecer valores aos documentos, classificar, descrever, avaliar? Muitas dessas perguntas ficam sem respostas.

A fragilidade teórica da área, a sua pouca visibilidade no campo científico e a condição de exclusão da maioria de seus agentes têm sido as razões pelas quais ocupa lugar secundário no mundo acadêmico e nas administrações públicas. Assim, todos os profissionais envolvidos ratificam o *modus operandi* já consagrado nos trabalhos arquivísticos e constroem o cenário, hoje bastante hegemônico, da área.

As perspectivas de transformação

Ao se tratar das perspectivas é importante ressaltar que se parte, nesse artigo, dos avanços acumulados pelo campo da arquivística no Brasil. Não se quer, nem se poderia estabelecer, nesse momento, um marco zero nas ações da área, muito menos esgotar o tema. Entende-se que as conquistas serão graduais; por consequência das questões políticas que envolvem as transformações em toda área de conhecimento, tanto no seu aspecto teórico quanto prático, pelos obstáculos epistemológicos da disciplina e pelas mediações com a cultura administrativa do país e entre os próprios profissionais.

Após uma reflexão crítica sobre os arquivos municipais compreende-se que as mudanças necessárias terão que romper com a atual hegemonia da arquivística no país. Defende-se uma disciplina científica, autônoma e que estabeleça fronteiras com outros saberes a fim de buscar soluções para os seus problemas informacionais. A ruptura com o *status quo* da disciplina, no Brasil, é condição *sine qua non* para a composição de um conhecimento de cunho científico.

A cisão com os paradigmas burocráticos, formalistas, maximalistas e com o senso comum espontaneísta das práticas arquivísticas são fundamentais para a construção de um campo científico.

O estabelecimento de ações minimalistas na transformação da arquivística praticada e pensada no país é vital. Acredita-se que os estudos de caso, constituídos como objetos de pesquisa, propondo soluções específicas, são um recurso metodológico possível. O caso específico pode conter, em estado microscópico, os problemas mais gerais. Entende-se que os estudos de caso são mais significativos que as propostas maximalistas existentes.

Os pressupostos da arquivística integrada são defendidos neste texto como possibilidade de afirmação desta disciplina, inserida nos ramos das ciências sociais aplicadas, no que tange à pesquisa e à prática técnico-científica. As teorias devem encontrar espaço para a sua aplicação, isto é, para orientar a organização de arquivos. Acredita-se que ao organizá-los, segundo os postulados da arquivística integrada, se faz o tratamento dos arquivos independente de suas idades e inter-relacionando os procedimentos básicos. Valoriza-se a pesquisa e as metodologias capazes de responder aos problemas de gestão dos arquivos frente aos avanços informacionais atuais.

De nosso ponto de vista, a principal questão política a ser enfrentada é a da inclusão da gestão da informação arquivística na pauta de planejamento estratégico das administrações municipais. As práticas arquivísticas devem ser elaboradas e divulgadas como possibilidades de atualização dos serviços de arquivo e a modernização da gestão da informação. É preciso superar os atuais métodos artesanais empregados para gerir e acumular informações e documentos. A ocupação do espaço na gestão político-administrativa, através das soluções de classificação, avaliação, controle informatizado dos documentos, padronização de formulários e outras espécies documentais, devem partir dos profissionais engajados na reconstrução do campo e no estabelecimento de produtos reais, ou seja, arquivos organizados.

Acredita-se que a organização dos arquivos municipais consiste em implementar um conjunto de procedimentos técnicos fundamentados na teoria da disciplina e que correspondam aos princípios definidores do objeto e da própria disciplina. Pensa-se que no estado atual, os esforços devem se voltar no sentido de fazer da classificação, da avaliação, do controle da produção documental e do uso da informática aplicada aos arquivos o epicentro do trabalho.

Defende-se a adoção de propostas classificatórias que organizem os arquivos independentemente de suas idades, estabelecendo a classificação na origem, ou seja, na fonte produtora ou recebedora dos documentos. A classificação é compreendida como procedimento intelectual e físico sobre os arquivos, baseado em uma hierarquização das suas informações, mantendo-se a relação orgânica entre elas. A classificação de fundos deve resultar do processo de pesquisa sobre a instituição e ser a representação ideológica das informações contidas nos documentos referentes às estruturas, às funções, principalmente, às atividades de uma da entidade (Lopes, 1997).

Um passo importante para a gestão dos arquivos municipais, além dos procedimentos básicos de definição da classificação e da avaliação, é a intervenção dos arquivistas na

produção documental como estratégia facilitadora de inserção nos arquivos correntes. Couture (1999) define a produção documental como uma das funções cujas atividades são a padronização de tipologias e o controle da produção e reprodução de documentos, de acordo com as necessidades de cada atividade.

Através da intervenção dos arquivistas na padronização de formulários, de modelos de relatórios, de correspondências é possível criar um maior número de tipologias específicas para cada atividade com classificação e definição diplomática previamente definidas. Essa ação facilitaria a organização dos documentos nos arquivos correntes e a sua avaliação. Evidentemente, o plano de classificação dos documentos deve ser o primeiro instrumento a ser construído após os levantamentos necessários ao diagnóstico e projeto de trabalho. Por exemplo, são comuns formulários específicos para compra de material, relatórios de atividades e outros. Esse fato pode ser relevante para se romper com o problema das dificuldades de classificação dos documentos encontrados pelos profissionais que não conhecem o trabalho técnico nos arquivos. Crê-se que nem todas as tipologias terão uma intervenção tão específica, porém, grande parte pode ser padronizada. Deve-se partir dos modelos mais comuns aos mais complexos. Acredita-se que essa intervenção possa ser significativa na gestão dos arquivos correntes. Porém, ela deve ser implantada modularmente em conjunto com a classificação e as demais funções arquivísticas.

Por último, entende-se que as perspectivas podem se consolidar se houver maior engajamento dos profissionais na transformação da arquivística local. O profissional da área que acumule conhecimentos oriundos de sua prática de organização de arquivos e que desenvolva os aspectos teóricos da disciplina dentro da realidade em que estão envolvidos. Quer-se um arquivista-pesquisador. Pensa-se que, para fazer evoluir a arquivística, deve haver criatividade e inovações científicas, construídas do esforço criador do pensamento de profissionais da área. Os interesses dos indivíduos em construir um campo arquivístico de caráter científico, os conhecimentos produzidos e a ambiência cultural e política são fatores que trarão sinais de mudanças ao estatuto atual da arquivística no Brasil.

Considerações finais

A transição entre o lugar periférico ocupado pelos arquivos municipais e a sua colocação como ponto estratégico para as administrações e para a pesquisa requer mudanças graduais e significativas no campo desse saber no Brasil. Essas mudanças vão do engajamento dos profissionais da área à reflexão sobre o papel da disciplina e à construção de seus instrumentos básicos de trabalho. A localização central dos arquivos municipais demandará esforços diversos que reconstruam a disciplina em patamares científicos mais elaborados.

Conclui-se que a organização dos arquivos municipais carece de propostas mais sistematizadas, que atendam aos desafios da gestão. As soluções técnico-científicas devem abranger questões colocadas pelas tecnologias da informação e romper com o distanciamento entre a teoria e práticas existentes nesse campo. A ruptura com o domínio hegemônico da arquivística espontaneísta e com o agir burocrático é uma condição para que a gestão da informação arquivística se constitua em objeto valorizado de estudo e de trabalho.

Defende-se a tese de que só com uma teoria válida se pode construir uma prática eficiente e afirmar-se como um saber constituído. O reconhecimento do estatuto da arquivística como um saber passa pela estruturação de suas atividades e de seu campo. Há a necessidade de se estabelecer relações de interdisciplinaridade, sem que haja a subserviência a quaisquer domínios do conhecimento humano. É preciso, ainda, romper com os elementos de exclusão social e política nos quais a arquivística está inserida.

O engajamento sócio-político mais abrangente, que interferem na condição social dos agentes e na relação de poder com outros segmentos sociais, é fator importante para a ruptura com a exclusão social imposta a este campo. Entende-se que parte dos problemas levantados se refere à conjuntura política do país e as relações de poder nas quais a arquivística está inserida. Como em todos os fenômenos sociais, não há um descolamento destes problemas da realidade social. Porém, há possibilidade de ações minimalistas. Apesar do vínculo dos problemas arquivísticos com as questões macro-estruturais do país, as intervenções localizadas podem criar paradigmas de tratamento técnico-científico dos arquivos municipais.

A gestão dos arquivos municipais deve se pautar na racionalidade das técnicas administrativas e arquivísticas. É necessário identificar os problemas e formular questões que se materializem em práticas de organização de arquivos fundamentadas teoricamente. A compreensão dos problemas da gestão dos arquivos, dentro de uma perspectiva de investigação científica, pode trazer soluções ao tratamento técnico de arquivos.

Conclui-se que a gestão dos arquivos municipais pressupõe as seguintes questões: a racionalidade das práticas administrativas; a constituição de um problema prático ou teórico que estabeleça o desenvolvimento de um trabalho; o entendimento da informação registrada como recurso estratégico das instituições para melhoria das suas ações; a concepção da informação arquivística como fragmento de conhecimento sobre os assuntos das administrações municipais e dela como um todo; a existência de profissionais da informação capazes de propor soluções ou melhorias ao trabalho de natureza arquivística.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

BRASIL. Lei nº 8.159, de 9 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. v.29, nº 6, p. 455, jan. 1991, Seção I.

CARNEVALE, Maria da Conceição. **Os arquivos históricos e o trabalho arquivístico no Rio de Janeiro**. Niterói (RJ): UFF, 2000. 209p. Dissertação de mestrado.

COUTURE, Carol. **Les fonctions de l'archivistique contemporaine**, Quebec: 1999.

COUTURE, Carol. MARTINEAU, Jocelyne. DUCHARME, Daniel. **A formação e a pesquisa em arquivística no mundo contemporâneo.** Brasília: Finatec, 1999. Tradução de Luís Carlos Lopes. Prefácio de Heloísa Liberalli Bellotto.

CRESPO, Claudio Dutra. **O campo da arquivística e os arquivos setoriais: conhecimentos e práticas.** Niterói (RJ): UFF, 2000. 189p. Dissertação de mestrado.

FONSECA, Maria Odila Kahl. **Direito à informação: acesso aos arquivos públicos municipais.** Rio de Janeiro: Ibict, 1996. Dissertação de mestrado em ciência da informação defendida em abril de 1996.

HABERMAS, Jürgen. **Consciência moral e agir comunicativo.** Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública.** Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

LOPES, Luís Carlos. **A gestão da informação: as organizações, os arquivos e a informática aplicada.** Rio de Janeiro : Arquivo Público do Rio de Janeiro, 1997.

LOPES, Luís Carlos. **A imagem e a sombra da arquivística.** Rio de Janeiro: Arquivo do Público do Estado do Rio de Janeiro, 1998.

LOPES, Luís Carlos. **A informação e os arquivos: teorias e práticas.** Niterói : EDUFF; São Carlos : EDUFSCar, 1996.

LOPES, Luís Carlos. **A nova arquivística na modernização administrativa.** 1 ed. Rio de Janeiro: Papéis e Sistemas Assessoria, 2000 p.369.

MULLER, S., FEITH, J. A., FRUIN, R. **Manual de arranjo e descrição de arquivos.** Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1973. Também, conhecido como manual dos arquivistas holandeses, publicado pela primeira vez em 1898.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **In: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História.** São Paulo, n. 10, dez, 1993.

ROUSSEAU, Jean-Yves, COUTURE, Carol. **Os fundamentos da disciplina arquivística.** Lisboa: Dom Quixote, 1998. 354 p.

ROUSSEAU, Jean-Yves. **Les archives au XX siècle.** Une réponse aux besoins de l'administration et de la recherche. Montreal : Université de Montréal, 1982. 491p.

SHELLENBERG, T. R. **Arquivos modernos: princípios e técnicas.** (Trad. Nilza Teixeira Soares).Rio de Janeiro: FGV,1974.

THOMASSEN, Theo. La formation professionnelle continue et l'archivistique. **4º Colloque international sur la formation professionnelle.** Montréal, set. 1992, CIA.

Sites visitados:

<http://www.arquivonacional.gov.br/conarq/qsomos/ent.htm>

<http://www.geocites.com/arquivosmunicipais/>

TITLE

From the margin to the center: obstacles and perspectives of municipal archives.

TITRE

De la Phérierie au centre: obstacles et perspectives des archives municipales.

RESUMO

O objetivo deste artigo foi enfocar os problemas e as perspectivas de transformação na organização dos arquivos municipais. A análise partiu de dois eixos. O primeiro abordou traços fundamentais e permanências do campo da arquivística no país. O segundo analisou os aspectos específicos, como as funções arquivísticas e o problema das massas documentais. Confirmou-se que há uma separação entre a teoria e as práticas de organização dos arquivos, em especial, os municipais. Conclui-se que a arquivística tem avançado nos últimos anos, porém, no que se refere à organização dos arquivos municipais, as soluções têm sido, caracteristicamente, maximalistas. Buscam respostas em áreas cujos estudos ainda são incipientes, burocráticos e fragmentados. Esse conjunto, de modo geral, resulta em um trabalho marcado pelo senso comum e sem fundamentos técnicos.

ABSTRACT

This article examines the transformation of the municipal archive organization and its troubles and perspectives. The analysis focus has two central points. The first issues the fundamental aspects and permanencies of the archivist area in Brazil. The second analyzes specific aspects, like archivist functions and mass of documents accumulated. This study confirms a separation between archivist theory and the practices administered to the municipal archive organization. The conclusion is that Archivist has advanced in the past years, however, when the concern is about the municipal archive organization, the solutions have been maximalistic, i.e., answers are searched in areas on which studies are still incipient, bureaucratic and fragmented. This situation, generically, results in a work characterized by common sense and without technical foundation.

RÉSUMÉ

L'objectif de cet article a été focaliser les problèmes et les perspectives de transformation dans l'organisation des archives municipales. L'analyse est parti de deux axes. Le premier a abordé des traces fondamentales et des permanences du champ de l'archivistique dans le pays. Le deuxième a analysé les aspects spécifiques, comme les fonctions archivistiques et le problème du volume documentaire. Il s'est confirmé qu'il y a une séparation entre la théorie et les pratiques d'organisation de fichiers, en particulier, les municipales. Il s'est conclu que l'archivistique a avancé dans les dernières années, néanmoins, en ce qui concerne l'organisation des archives municipales, les solutions ont été, caractéristiquement, maximalistes. Les réponses sont cherchées dans des secteurs dont les études sont encore naissants, bureaucratiques et fragmentés. Cet ensemble de manière générale, résulte dans un travail marqué par le sens commun et sans fondements technique.

PALAVRAS-CHAVE

arquivos municipais, campo da arquivística, gestão de arquivos.

KEYWORDS

municipal archives, field of archivistics, record management.

MOTS – CLÉS

Archives municipales; champ de l'archivistique; gestion d'archives.